

Sarney anuncia "programa de mudanças"

O presidente falou perante os ministros e os líderes da Aliança Democrática. E estava satisfeito. Chamou o governo de "dinâmico e desenvolvimentista".

O "programa de mudanças", anunciado ontem, mostra que está no poder "um governo dinâmico, ágil, presente e desenvolvimentista". A afirmação foi feita pelo próprio presidente José Sarney, ao divulgar um conjunto de medidas nas áreas social, tributária e de desestatização da economia.

A solenidade de lançamento do "programa de mudanças" foi realizada no gabinete presidencial às 10 horas, na presença de quase todos os ministros de Estado (menos os militares), dos líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado, e de quase uma centena de jornalistas, com transmissão direta por rádio e televisão.

Ao anunciar que o imposto de renda retido na fonte deve ser pago pelo cidadão como um imposto e não como um empréstimo a ser devolvido depois, o presidente disse que a filosofia do seu governo é aplicar os recursos arrecadados de maneira rigorosa.

Em seguida, enumerou as medidas de redução e contenção de despesas da administração federal direta, indireta e em todas as fundações: proibição do ingresso de pessoal nos órgãos da administração direta, indireta e em todas as autarquias; modernização e racionalização das estruturas da administração direta, indireta, autarquias e fundações; proibição de construção, aquisição ou locação de imóveis residenciais ou outros destinados à administração pública; limita-



ção total do uso de veículos oficiais e redução de 20% de todas as despesas com a contratação de serviços de terceiros para a administração direta; limitação de prestação de serviço extraordinário (horas extras) no serviço público federal.

O presidente citou em seguida as limitações impostas à expansão das empresas estatais e anunciou o programa de privatização de empresas em benefício da empresa privada nacional; democratização do capital e também a desregulamentação da economia, "com a finalidade de não penalizar o povo com a presença de um Estado ineficiente".



Houve um erro na divulgação do pacote, logo corrigido diante de vários telefonemas de governadores reclamando da medida. O presidente chegou a anunciar a substituição do Imposto de Renda pelo IOF nas operações do mercado aberto. Devido a acordo anterior com os parlamentares da Aliança Democrática, o governo já tinha desistido da mudança porque significaria uma redução de um terço no repasse de recursos, gerados pela taxação dessas operações, para Estados e municípios.

Déficit

O assessor especial do Ministério da Fa-

zenda, o economista João Manoel Cardoso de Mello, disse que a diminuição do déficit operacional será feita da seguinte forma: com a redução das taxas de juros presumida para 1986 (numa média anual de 15% contra 19% este ano) o governo economizará Cr\$ 35 trilhões.

Outros Cr\$ 15 trilhões serão obtidos com o processo de privatização da economia. A redução das despesas do governo, na administração direta e indireta, somará mais Cr\$ 8 trilhões.

O pacote permitirá uma arrecadação tributária adicional, em 1986, entre Cr\$ 55 e Cr\$ 60 trilhões. Também contribuirá para a re-

dução do déficit operacional o fluxo de caixa do governo no último mês do ano (em função de recursos recebidos e atrasos nos pagamentos) de Cr\$ 30 a Cr\$ 35 trilhões.

— Além disso, o déficit operacional das empresas estatais em 1986 vai ser "zerado", contra o déficit esperado para este ano de Cr\$ 26 trilhões. A perspectiva inicial dos formuladores do "pacote econômico" era fazer as estatais gerarem um superávit de Cr\$ 10 trilhões em 1986, através de uma política de reajustes das tarifas públicas acima da inflação, mas os reajustes serão menores que o previsto.

Mesmo assim, as empresas do setor elétrico terão reajustes das tarifas 13% acima da inflação. As empresas do setores siderúrgico, telecomunicações e combustíveis e demais derivados de petróleo também subirão acima da inflação, mas, segundo Cardoso de Mello, os níveis de recomposição ainda não foram definidos.

Ele explicou que no outro conceito de déficit (o financeiro ou de caixa), o "rombo" será de 3% do PIB, ou Cr\$ 105 trilhões, a serem cobertos com a emissão de moeda (num limite que não ultrapasse os 160% de inflação projetada para 1986) e pela colocação de títulos da dívida pública no mercado. Esta última forma de financiamento do déficit gerará um crescimento real da dívida pública entre 9 e 10%.